

**ATA DA 232ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

1 **LOCAL:** Sala de Reuniões do CES Conselheiro Osvaldo de Oliveira Maciel, Rua Esteves  
2 Júnior, 160 - 8º Andar – Centro – Florianópolis/SC.

3 **DATA:** 07/03/2018

4 **HORÁRIO:** 14:00 horas

5 **PRESENTES**

6 **CONSELHEIROS TITULARES**

7 Bernard Van de Meene (Ass. de Aposentados e da Terceira Idade)

8 Braz Vieira (FEHOESC)

9 Cecília Alves de Lima (Ass./Mov. De Mulheres)

10 Clécio Antônio Espezim (SES)

11 Cleia Clemente Aparecida Giosole (Ass. Moradores)

12 Eduardo Marques Maccário (SES)

13 Elsitá Chorztenberger Andrade (Organizações Religiosas)

14 Francine Iagher (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

15 Geraldo Azzollini (COSEMS)

16 Gisele Kraieski Knabben (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

17 Jorge dos Passos Corrêa Cobra (Associações Profissionais Área da Saúde)

18 Luiz Antônio da Silva (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

19 Maria Izabel Giroto (Trabalhadores Urbanos)

20 Milton Ricardo de Medeiros Fernandes (Conselho Reg. Área da Saúde)

21 Nivaldo Lacerda da Cunha (AHESC)

22 Paulo Orsini (SES)

23 Pedro Cezar Peliser (FEHOSC)

24 Tatiane Mecabô Cupello (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

25 Vanessa Andrea de Souza Baulé (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

26 **CONSELHEIROS SUPLENTEs**

27 Grace Ella Berenhauser (SES)

28 Helga Regina Bresciani (Conselho Reg. Área da Saúde)

29 **JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIA**

30 André Mendes Arent (Associações Profissionais Área da Saúde)

31 Clóvis Thadeu Rabello Improta (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

32 Fábio Gaudenzi de Faria (SES)

33 Jorge dos Passos Corrêa Cobra (Associações Profissionais Área da Saúde)

34 Luiz Henrique Costa (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

35 Maury José da Luz Maciel (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

36 **DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

37 A 233ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde teve início às 14h10min,  
38 com a presença dos Conselheiros acima nominados e sob a coordenação da Presidente, Cléia  
39 Aparecida Clemente Giosole.

40 **APROVAÇÃO DA ATA**

41 *A Ata da reunião de fevereiro foi aprovada, com uma abstenção.*

42 **DOCUMENTOS RECEBIDOS E EXPEDIDOS**

43 C.I.Nº 121/2018/GESOS, a qual solicita a indicação de representantes para as CAFs;

44 Ofício Nº 183 /2018/SC/ SC/DIVNE/SE/MS, o qual encaminha a cópia do Relatório Final de  
45 Auditoria nº 17732, realizada na Secretaria Municipal de Saúde de Tijucas;

46 Ofício-Circular nº 41/208/SECNS/MS, o qual informa que do dia 02 a 08 de abril acontecerá a  
47 Semana da Saúde, e 04 e 05 de abril a 21ª Plenária Nacional de Conselhos de Saúde;

48 Ofício Nº 199 /2018/SC/ SC/DIVNE/SE/MS, o qual encaminha a cópia do Relatório Final de  
49 Auditoria nº 17927, realizada na Secretaria Municipal de Saúde de Três Barras;

50 Ofício Nº 178/2018/SC/SC/DIVNE/SE/MS, o qual encaminha a cópia do Relatório de Visita  
51 de Cooperação Técnica nº 1833;

52 Ofício Externo nº 004/2018/Comissão de Saúde/ALESC.

53 O Secretário Executivo, José Carlos da Cruz, disse que, de acordo com o rodízio que as  
54 entidades fizeram no início dessa gestão, em 2015, hoje temos alguns Conselheiros novos e  
55 outros que trocaram a representação de titular para suplente. Como é o caso da Conselheira  
56 Vanessa Andrea de Souza Baulé do SIMESC que ficou como titular, e o SOESC como  
57 suplente. O Conselheiro Valmir Bras de Souza, do SINDPREVS, que passou a ser titular no  
58 lugar do Luiz Antônio da Silva, do SINDSAÚDE, que passou a ser suplente. E o Conselheiro  
59 Clovis Thadeu Rabello Improta, do SIMVET, que passou a ser titular no lugar do Luiz  
60 Henrique Costa, do SINDFAR, que passou a ser suplente.

61 **ITEM I – APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 3º**  
62 **QUADRIMESTRE/2017-SES; APRESENTAÇÃO DO RESULTADO DA**  
63 **PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE 2017; APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO**  
64 **ANUAL DE GESTÃO 2017.**

65 A Gerente de Planejamento da SES, Nardeli Junckes fez a apresentação da Prestação  
66 de Contas da SES – 3º Quadrimestre/2017, do Relatório Anual de Gestão de 2017 e do  
67 resultado da Programação Anual de Saúde de 2017.

68 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, solicitou o elenco dos medicamentos  
69 de responsabilidade do Estado, que estão em falta, perguntou como está a Sífilis no Estado, e  
70 qual a situação atual das Organizações Sociais que administram os Hospitais de Araranguá e o  
71 Florianópolis.

72 O Conselheiro e Diretor de Vigilância Epidemiológica do Estado, Eduardo Marques  
73 Macário, disse, em relação à Sífilis, que foi elaborado um plano operativo com o objetivo de  
74 eliminar a Sífilis até 2019. Falou que houve um reforço das equipes de Saúde da Família, em  
75 relação ao acompanhamento das gestantes. Reforçou que é preciso um maior engajamento dos  
76 gestores e população em geral para o combate da Sífilis e que os casos de Sífilis congênitas  
77 estão sendo investigados no Estado.

78 A Técnica da SES, Liliane Aparecida de Oliveira, respondeu, em relação às  
79 organizações sociais, que as gestões dos Hospitais de Araranguá e Florianópolis são  
80 emergenciais e que estão sendo feita vistorias para a regularização do atendimento.

81 O Conselheiro Luiz Antônio da Silva disse que a maior parte dos recursos destinados à  
82 saúde é para a alta e média complexidade, quase 80% dos recursos. E que acredita que deve  
83 existir uma mudança de paradigma na gestão da saúde em relação a isso. Falou que Atenção  
84 Básica não funciona como deveria funcionar, através da promoção e prevenção.

85 O Conselheiro Paulo Orsini disse discordar do parecer do TCE/SC, em relação à  
86 Atenção Básica do Estado.

87 A Gerente de Atenção Básica da SES, Lisete Contin, disse que quem executa a  
88 Atenção Básica são os municípios. Falou que os indicadores de mortalidade infantil e materna  
89 vêm caindo muito, porém depende da qualidade de vida nos municípios. Disse que o aumento  
90 das doenças crônicas tem relação direta com a maior longevidade da população do Estado.  
91 Também falou que as ações devem ser mais na prevenção e promoção de Saúde.

92 O Conselheiro Bernard Van de Menne disse que o Ministério da Saúde não abre mais  
93 credenciamento de números de equipes de Saúde da Família.

94 O Conselheiro Milton Ricardo de Medeiros Fernandes disse que com a Emenda  
95 Constitucional 95, o panorama da Saúde só vai piorar e que o parecer emitido pelo TCE  
96 considerou pouco eficiente a Atenção Básica. Disse acreditar que a razão disso seja o repasse  
97 pífio, quando comparado com o da alta e média complexidade, que tem que ter uma mudança  
98 desse paradigma, segundo ele. Destacou que, em relação aos dados apresentados, o grande  
99 problema está na gestão dos recursos. Disse que, segundo a apresentação, dos 295 Municípios,  
100 somente 78 fizeram o Plano Municipal de Saúde. Questionou como será feito o repasse para  
101 esses 78 Municípios, e como se dará a cobrança e fiscalização desses Municípios, sem o  
102 planejamento na aplicação dos recursos repassados pelo Estado.

103 A Gerente de Atenção Básica da SES, Lisete Contin, disse que o Ministério da Saúde  
104 vem habilitando, sim, equipes de Saúde da Família, Saúde Bucal e NASF, nos últimos 3 anos.

105 A Conselheira Vanessa Andrea de Souza Baulé disse se preocupar que a previsão para  
106 a Vigilância não se confirme. Destacou que os 13% destinados à Saúde, não se confirmaram.  
107 Falou que se preocupa com as terceirizações, e que em relação a elas, o Pleno deveria observar  
108 a economia desses contratos e se acarretam prejuízos aos profissionais de Saúde. Disse que  
109 Saúde não se faz só com dinheiro e acredita que deva ter uma forma participativa nas tomadas  
110 de decisões. Disse desejar que, para o ano de 2018, haja um enfrentamento das doenças  
111 crônicas não transmissíveis e um financiamento melhor para a Vigilância.

112 O Conselheiro Eduardo Marques Macário disse que todos os recursos que são  
113 utilizados na Vigilância para o Estado são de custeio, que vem do Ministério da Saúde. Que no  
114 final de 2016 foi feita uma dotação orçamentária para 2017, prevendo recursos para construção  
115 de redes regionais e para a 2ª parcela para cooperação interfederativa no reforço e prevenção  
116 de Sífilis, AIDS e Hepatites Virais, que foram suspensos. Explicou que os investimentos na  
117 manutenção de centrais UVB e a reforma no Laboratório de Etimologia foram suspensos,  
118 devido ao contingenciamento financeiro. Falou que, apesar de tudo, o que foi proposto foi  
119 cumprido, talvez não 100%, mas o suficiente para a garantia da proteção da população  
120 catarinense.

121 O Conselheiro Geraldo Azzolini disse que o COSEMS representa os 295 Municípios  
122 de Santa Catarina, inclusive a Atenção Básica, tão mal falada nesta reunião. Disse que o que  
123 está sendo falado é de 2017 para trás, e que em 2018 o COSEMS fez uma reunião com o  
124 Secretário estadual de Saúde, Acélio Casagrande, que é municipalista, onde foi feito um pacto  
125 para o pagamento do co-financiamento dos Municípios. Falou que, se a Atenção Básica está  
126 boa ou ruim, é à custa do dinheiro público municipal e federal. Disse que cobraram do  
127 Secretário que fossem pagas em dia as parcelas do co-financiamento, e ele cumpriu, a parcela  
128 do mês de janeiro foi paga em fevereiro, com alguns ajustes, que sairão em março. Perguntou:  
129 quantos gestores passaram na SES nos últimos 4 anos, como se faz gestão de saúde, qual o  
130 plano da SES, qual a programação da SES, que está em vigência, e qual Secretário de Estado  
131 da Saúde pegou o plano na mão e cumpriu a execução orçamentária. Perguntou como que se  
132 faz Atenção Básica, atendendo à população, que está pedindo e as doenças aparecendo cada  
133 vez mais, e aparecerão, pois a promoção está zero. Falou que estamos consumindo coisas que  
134 não se devem comer, as crianças nascem obesas, pois as mães comem o que não deveriam  
135 comer. Perguntou como é que se faz Atenção Básica, se os gestores estaduais que passaram na  
136 SES estão devendo 8 parcelas para os gestores municipais. Disse que é vergonhoso o Estado  
137 dever Atenção Básica, que é uma migalha, miséria, vergonhoso o Estado não dar o  
138 medicamento da assistência, na hora certa, e ter uma conta de judicialização daquele tamanho  
139 por não entregar medicamentos, e ter interesse na judicialização e etc. E disse que vai cobrar,  
140 por escrito, isso e várias outras coisas, em nome do COSEMS. Falou que a Gerente de  
141 Planejamento, Nardeli Junckes, não deveria ter mencionado “vergonhoso”. Disse que quando  
142 se apresenta o Relatório Quadrimestral tem que apresentar os dados corretos, e que o sistema  
143 da SES não lê os dados nacional. O Plano Municipal, que fechou agora em 2017, somente 9  
144 Municípios não o fizeram, e não 103 como foi mencionado. E que o Plano do Estado não  
145 apresentou a execução financeira de acordo com a LOA, disse que tem que aparecer as  
146 colunas, e não apareceu. Falou que o Estado não tem que fazer Atenção Básica, o Estado e sua  
147 equipe têm que saber o seu papel. É obrigação constitucional da SES e sua equipe técnica, se  
148 algum Município não fizer o Plano Municipal de Saúde, auxiliá-lo, já que tem recurso para  
149 isso. Falou que, se fez bem feito ou planejou mal, o resultado que está aí é responsabilidade  
150 dos 295 Municípios mais o Estado, e não é para dizer: não sei. Disse que tem muito dinheiro  
151 que não está sendo aplicado na saúde e deve ser aplicado. E que o COSEMS está fazendo  
152 treinamento com seus técnicos para apoiar, acompanhar os Municípios. Falou que  
153 encaminhará todos esses questionamentos, por escrito, à Gerente de Planejamento, com  
154 também à Presidente do CES. Falou que os pagamentos administrativos, na SES, é a maior  
155 confusão, não entra na série histórica, e disse que não deveriam existir, somente em último

156 caso. Falou que o SIOPS não é preenchido bimestralmente somente no final para tabular.  
157 Disse que o estado não conseguiu lançar os 13%, e que vale a Lei Estadual.

158 O Conselheiro Luiz Antônio da Silva disse que a tendência é que haja um  
159 contingenciamento de recursos em virtude do congelamento na saúde. Disse que é preciso uma  
160 melhor gestão, e para isso é necessário avaliar uma melhor forma de aplicação dos recursos.  
161 Falou que muitos estudos apontam que os contratos firmados com a saúde e Organizações  
162 Sociais acarretam custos 2,4 vezes maior do que gestão própria de saúde.

163 O Conselheiro Paulo Orcini questionou ao Conselheiro Geraldo Azzolini, representante  
164 do COSEMS, qual percentual da saúde no orçamento dos Municípios representa o repasse do  
165 Estado.

166 O Conselheiro Geraldo Azzolini respondeu que quem contribui na Saúde da Família,  
167 NASF e saúde em geral são os Municípios da Fonte 100, 67%. E disse que trará a resposta  
168 solicitada.

169 A Técnica, Tatiana Pino Gomes, da Gerência de Contabilidade da SES, disse que  
170 atualmente os dados no SIOPS estão transmitidos, emitidos e homologados, e antes de 2018 o  
171 Estado não sofria sanção por não lançar os dados bimestralmente, porém, a partir de janeiro de  
172 2018, é obrigatória a inclusão dos dados no sistema bimestralmente, caso contrário, trarão  
173 sanções ao Estado.

174 A Conselheira Vanessa Andrea de Souza Baulé disse que existe investimento em alta e  
175 média complexidade, que o Município de Florianópolis é beneficiado, mas, na apresentação  
176 das despesas de 2017, o Estado foi responsável pelo repasse de 2 % do orçamento para o  
177 Município de Florianópolis. Falou que a parte da Assistência Farmacêutica, que seria tripartite,  
178 o Estado está com atraso de 8 meses. E disse que o Estado deve dar o apoio técnico,  
179 coordenação a gestão municipal e financiar a parte de Vigilância, e não só o Ministério da  
180 Saúde.

181 O Conselheiro Milton Ricardo de Medeiros Fernandes disse que é Conselheiro do  
182 Município de Içara, região mais pobre de Santa Catarina. E que do montante dos valores  
183 aplicado em 2017, 65,3% foi de responsabilidade do Fundo Municipal de Saúde, e 30,7%  
184 repasses dos governo federal e estadual, sendo que 95,17% repasse federal e apenas 4,83  
185 repasse estadual. Disse que isso se repete ano a ano. Falou que o montante maior fica para a  
186 Prefeitura, enquanto o repasse federal vem reduzindo cada vez mais.

187 O Conselheiro Bernard Van de Meene disse que se algum Conselheiro tiver alguma  
188 dúvida, encaminhe à Secretaria Executiva, que levará às áreas técnicas responsáveis para  
189 esclarecimentos.

190 A Técnica, Tatiana Pino Gomes, da Gerência de Contabilidade falou que os 0,33% de  
191 recursos que faltaram para fechar os 13% para saúde será repostos no orçamento de 2018.

192 O Conselheiro Luiz Antônio da Silva disse que esse tema deveria ir para a Comissão de  
193 Acompanhamento Orçamentário, e que gostaria que a reunião desta comissão seja o dia todo,  
194 pois o assunto requer tempo para ser discutido.

195 Após as discussões, o Conselho definiu que as dúvidas deverão ser encaminhadas à  
196 Secretaria Executiva para esclarecimentos. E haverá Reunião Ampliada das Comissões, no dia  
197 04/04, pela manhã, com a equipe técnica da SES, para votação do Relatório Anual de Gestão e  
198 a Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2017, na Reunião Ordinária do CES de abril.

## 199 **RELATO DAS COMISSÕES**

200 A Conselheira Maria Izabel Giroto solicitou a Reorganização da CIST Estadual para a  
201 próxima reunião do CES.

## 202 **DEFINIÇÃO DA PAUTA**

203 O Conselheiro Bernard Van de Meene disse que já tem dois itens, deliberados na  
204 sessão de fevereiro, que ficaram para a pauta da reunião de abril, que são:

205 - Custos de Unidades Próprias x Organizações Sociais e

206 - Apresentação do Plano de Ação do Cerest para 2018.

207 O Conselheiro Clécio Antônio Espezim sugeriu o Projeto Ver como item de pauta para  
208 a próxima reunião.

209 O Conselheiro Bernard Van de Meene, que estava presidindo a reunião, disse que  
210 diante das sugestões, ficam os seguintes itens de pauta para a reunião de abril:

211 Item 1 – Relatório Anual de Gestão de 2017 - votação;

212 Item 2 – Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2017 – votação;

213 Item 4 – Recomposição da CIST Estadual;

214 Item 5 – Projeto Ver.

215 **INFORMES**

216 O Conselheiro Milton Ricardo de Medeiros Fernandes disse que houve o Seminário do  
217 |CES, que discutiu Saúde Mental e Financiamento do SUS, onde poucos participaram, e disse  
218 que é importante que se estabeleça os encaminhamentos desse seminário, como também seja  
219 elaborado um cronograma para outros que virão.

220 Nada mais havendo a tratar, a Presidência da sessão deu-a por encerrada, da qual a  
221 Secretaria do CES/SC lavrou a presente Ata.

222

Florianópolis, 7 de março 2018.